

## **A VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO CIRCUITO TURÍSTICO DE PESCA NO ENTORNO DOS RIOS NOVO E POMBA**

Magno Angelo Kelmer <sup>1</sup>

Maria Cândida Ferreira da Silva<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este estudo é fundamentado em referenciais teóricos e pesquisas de campo, visando demonstrar a viabilidade da implantação de um Circuito Turístico de Pesca na região do entorno do Rio Novo e do Rio Pomba na Zona da Mata de Minas Gerais. É possível que a implantação de um Circuito Turístico não dependa somente dos prováveis atrativos naturais, mas também do grau de adesão e envolvimento dos segmentos Público e Privado que o compõem. Por outro lado, a vocação turística das regiões de Minas Gerais, dadas às grandezas de suas riquezas culturais, geográficas e históricas, é absolutamente dinâmica, apresentando-se como um imenso manancial de possibilidades ainda não exploradas pelo turismo. Assim, a escolha adequada de uma destas regiões pode ser fundamental na apresentação de um estudo que possa impulsionar a vontade de uma coletividade, envolvendo a união de vários municípios em torno de um mesmo objetivo, visto que a resultante principal desta ação poderá ser a melhoria, o bem estar e o desenvolvimento social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo. Circuito Turístico. Pesca Amadora. Pesca Turística.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem por objetivo estabelecer um estudo, visando discutir a viabilidade, ou não, da implantação de um Circuito Turístico de Pesca no

---

<sup>1</sup> Especialista em Pesquisa e Ensino de Geografia (CES/JF), Professor do curso de Turismo da Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora  
e-mail: magnognun@ig.com.br

<sup>2</sup> Graduada em Turismo pela Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora  
e-mail: mcandida8@hotmail.com

entorno do Rio Novo e do Rio Pomba, na região da Zona da Mata de Minas Gerais, baseado nos referenciais teóricos sobre o tema e nas pesquisas de campo, onde se constatou a relevância deste trabalho frente à escassez de material publicado sobre o tema.

A Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais publicou em setembro de 2008, uma lista dos atuais “*Circuitos Turísticos de Minas Gerais*” onde constam 59 Circuitos implantados a partir do Decreto (Estadual), nº 43321, de 08 de maio de 2003. Além da listagem nominal dos Circuitos Turísticos, existem ali muitas outras informações relativas a cada um dos Circuitos. O documento mostra que 46 estão em pleno funcionamento enquanto que outros não produziram os efeitos desejados e não tiveram sua certificação renovada ou foram dissolvidos por outros motivos.

Para que um determinado Circuito Turístico possa participar da política de turismo do Governo do Estado é necessário seu competente Certificado de Reconhecimento. A certificação de um Circuito Turístico de Minas Gerais é feita pela Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais, SETUR, através da Empresa Mineira de Turismo – TURMINAS, ouvidos os demais Circuitos Turísticos já existentes.

Por outro lado, a implantação de um Circuito Turístico depende do grau de envolvimento dos segmentos que o compõem, ou seja, o setor público, neste caso as prefeituras dos municípios afins, e o setor privado, representado pelos respectivos segmentos da cadeia produtiva da região tais como: hotéis, pousadas, restaurantes, postos de gasolina e comércio local. Na realidade, estes serão os membros que darão o devido suporte de manutenção para que esta iniciativa possa efetivamente conseguir resultados positivos. Desta forma, identificar a viabilidade de implantação deste circuito turístico de pesca se apresenta como a questão norteadora deste trabalho.

## **1 REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO**

Não existe, atualmente, um consenso sobre o conceito teórico ou definição de “*regionalização*”. São muitas as opiniões que são colocadas na abordagem deste assunto.

Para Haesbaert:

[...] Em primeiro lugar, admitimos que regionalização é um processo amplo, instrumento de análise para o geógrafo em sua busca dos recortes mais coerentes que dêem conta das diferenciações no espaço. Por outro lado, região, como conceito, envolve um rigor teórico que restringe seu significado, mas aprofunda seu poder explicativo; para defini-la devemos considerar problemáticas como a das escalas e fenômenos sociais mais específicos (como os regionalismos políticos e as identidades regionais) entre aqueles que produzem a diversidade geográfica do mundo. (HAESBAERT, 1999, p. 17)

Entretanto, na prática, o exercício da regionalização, no sentido de delimitação de um espaço físico geográfico a partir de parâmetros específicos, ocorre constantemente. É o caso da divisão territorial brasileira. Assim, fundamentado na metodologia utilizada pelo IBGE<sup>3</sup>, a expressão “*regionalização*” pode ser entendida como a divisão de um grande espaço geográfico, com critérios previamente estabelecidos, em áreas menores que passam a ser chamadas de regiões e que se diferenciam uma das outras por características próprias.

A região de abrangência geofísica do Circuito Turístico de Pesca no entorno do Rio Novo e Rio Pomba, da Zona da Mata de Minas Gerais, dar-se-á conforme a delimitação apresentada na Figura 01 a seguir. As ações serão desenvolvidas às margens esquerda e direita do Rio Novo e Rio Pomba, partindo das nascentes de ambos, respectivamente, a jusante da Represa do Pinho em Santos Dumont, e próximo à cidade de Santa Bárbara do Tugúrio, passando pelo encontro dos dois rios nas imediações da cidade de Cataguases, até a passagem do Rio Pomba pela divisa de Minas Gerais com o Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>3</sup> Divisão Regional do Brasil. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/divisaoregionalbrasil.pdf> Acesso em 06 dez. 2011.



Magnoli e Araújo (2003) informam que o Brasil foi dividido em 136 mesorregiões. Dentro das mesorregiões geográficas encontram-se as microrregiões geográficas, que se diferenciam entre elas, basicamente, pela influência dos centros urbanos e pelos tipos de municípios dominantes de uso de solo, sendo que dentro das mesorregiões brasileiras existe uma subdivisão de 547 microrregiões geográficas.

O objeto de estudo deste trabalho situa-se nas microrregiões de Juiz de Fora, Ubá e Cataguases, por ser por elas que passam os dois rios em questão.

## **2 O CIRCUITO TURÍSTICO DE PESCA NO ENTORNO DO RIO NOVO E RIO POMBA, NA ZONA DA MATA MINEIRA**

A união de forças voltadas para o mesmo sentido pode ser uma solução para viabilizar a integração contínua dos municípios de uma mesma região que estão interligados por um fator comum: a passagem do Rio Novo ou Rio Pomba dentro dos seus respectivos limites geográficos.

O Rio Pomba nasce na mesorregião Campo das Vertentes entre os municípios de Santa Bárbara do Tugúrio e Barbacena em Minas Gerais. Atravessa toda a Zona da Mata Mineira até encontrar o Rio Paraíba do Sul onde deságua entre os municípios de Cambuci e Itaocara já no Estado do Rio de Janeiro. Os principais afluentes do Rio Pomba são: o Rio Novo, também conhecido na região como Rio Piau ou ainda Rio Pinho; o Rio Xopotó e o Rio Formoso. Na Zona da Mata de Minas Gerais as cidades mais significativas, do ponto de vista econômico e populacional, localizadas às suas margens, são Rio Pomba (o rio lhe empresta o nome) Leopoldina e Cataguases.

O Rio Novo nasce com o nome de Rio do Pinho na mesorregião Campo das Vertentes no Estado de Minas Gerais no município de Antônio Carlos na Serra da Mantiqueira. Na Zona da Mata Mineira o Rio Novo passa pelo município de Santos Dumont e corre por aproximadamente 169 km para enfim desaguar no Rio Pomba em um local conhecido como “*encontro dos rios*” próximo da cidade de Cataguases. Logo no seu nascedouro, forma a Represa Pinho. Ao final de seu percurso no município de Leopoldina irá formar ainda a Represa Maurício.

O critério básico e fundamental para a escolha das cidades que integram o possível Circuito Turístico de Pesca no entorno do Rio Novo e Rio Pomba, na Zona da Mata de Minas Gerais foi a proximidade e passagem dos rios pelos domínios geográficos dos municípios relacionados, observados os dispositivos normativos pertinentes, em especial o Decreto 43321 de 08/05/2003 - MG<sup>4</sup> e a Resolução SETUR n.º 008, de 28 de Abril de 2008 da Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais.<sup>5</sup>

Os rios passam diretamente dentro do perímetro urbano da cidade sede de 10 municípios. Registra-se nesta circunstância a marca de 0 (zero) km na distância entre a cidade e o rio. Isto significa um excelente potencial de negócios na medida em que tal situação promove naturalmente a presença do turista não só nos limites do município, mas, sobretudo, dentro da cidade sede do município.

Em princípio, todos os Municípios constantes do mapa representado na Fig. 01 possuiriam excelentes condições de participação na ação proposta já que todos eles situam-se no raio de 100 km recomendado como limite máximo de proximidade das cidades envolvidas.

Entretanto, a Resolução SETUR n.º 008, de 28 de Abril de 2008, dispõe que:

§ 3º – Um município só poderá fazer parte oficialmente de um Circuito, para fins de recebimento dos benefícios das políticas públicas de turismo do Governo do Estado de Minas Gerais e definição do mapa da organização territorial turística de Minas Gerais. (MINAS GERAIS, 2008)

A partir desta limitação, fundamentado nas informações da Listagem de Circuitos, SETUR – MG, (MINAS GERAIS, 2008) e tomando por base o mapa da Figura 01, foi possível elaborar um segundo mapa, mostrado na figura abaixo, correlacionando cores diferenciadas aos municípios que já fazem parte de algum

---

<sup>4</sup> MINAS GERAIS. **Decreto Estadual n. 43.321**, de 08 de maio de 2003. Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências. Disponível em: [http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=290&Itemid=89](http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=290&Itemid=89). Acesso em: 23 nov. 2008.

<sup>5</sup> MINAS GERAIS. **Resolução SETUR 08**, de 28 de ABRIL de 2008. Estabelece normas relativas ao “Certificado de Reconhecimento” dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais. Disponível em: [http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=289&Itemid=89](http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=289&Itemid=89). Acesso em: 09 out. 2008.



do interior para o litoral, tornaram-se caminhos naturais para a subida dos exploradores que chegavam ao litoral brasileiro.

Em relação às ações exploratórias da migração que subia do mar para o interior, os rios permitiam também a subsistência daqueles que percorriam as margens de seus leitos, seja pela pesca ou pela caça de animais que vinham matar a sede nas suas águas.

Neste aspecto assim se pronuncia Costa:

A pesca foi facilitada pelo rio e por diversas lagoas, onde próximos delas instalavam as pessoas, retirando o barro para construir suas casas, fabricarem potes para reserva de água e panelas. Os moradores preferiam construir sua casa na beira do rio ou então, na ilha, 'é aí que os 'vazanteiros" estabelecem moradias e constroem os sistemas de quintais ao redor da casa, com o plantio de frutíferas e a criação de pequenos animais. (COSTA, 2005, p.313).

Então, com o passar do tempo, o desenvolvimento social e econômico de toda a região, a passagem da pesca de subsistência para o lazer da pescaria amadora foi somente um pequeno passo na evolução natural das pessoas e de seus conceitos. Elas já não precisavam mais do peixe como simples objeto de subsistência. Descobriram naturalmente que o prazer de pescar era uma atitude que motivava lazer.

O Ministério do Turismo publicou em 2008 orientações básicas referentes ao Turismo de Pesca vinculando-o à oportunidade da prática de pesca amadora enquanto produto turístico.

Segundo os organizadores do documento:

O Brasil dispõe de recursos com potencial para atrair pescadores de todo o mundo: com a diversidade da ictiofauna em diferentes biomas, vastas bacias hidrográficas, corredeiras, lagos, lagoas, manguezais, reservatórios de hidrelétrica e aproximadamente 8 mil quilômetros de costa, proporcionando opções de pesca em costões, praias e alto mar. Essa potencialidade resulta em uma gama de oportunidades para a pesca amadora e mostra a necessidade de ação governamental no que se refere às adequações da oferta de produtos turísticos, visto que o Turismo de Pesca requer efetivas medidas de proteção ambiental, com apoio a pesquisas dos peixes mais visados, e de estruturação mercadológica, com estudo do perfil da demanda.(BRASIL, 2008, p.13).



Trata-se, portanto, de um segmento turístico de porte considerável para as regiões que se enquadram nos pressupostos emitidos. Se Minas Gerais não chega à costa brasileira, por outro lado, possui uma bacia hidrográfica significativa além de inúmeros reservatórios de grandes hidroelétricas tais como “O Lago de Furnas - o ‘*Mar de Minas*’ – que abrange 34 municípios mineiros. Seu volume de água é sete vezes maior que o da Baía da Guanabara, no estado do Rio de Janeiro. O represamento das águas dos rios Grande e Sapucaí criou uma paisagem nova e surpreendente. São cânions fabulosos, lagos, cachoeiras magníficas e praias artificiais.”.

Com tal potencialidade para o exercício da pesca amadora o governo do Estado, através de competentes dispositivos legais, estabeleceu as medidas necessárias não só para a proteção ambiental, como também estabeleceu as normas para serem aplicadas a esta prática enquanto objeto de lazer popular.

Assim é que, em Minas Gerais, o conceito de Pesca Amadora está fundamentado na Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002<sup>6</sup>, que dispõe sobre a política de proteção à fauna, flora aquática e do desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências.

Nesta Lei, está disposto o seguinte:

Art. 4º - Compreende-se por pesca a ação ou o ato tendente a capturar ou extrair seres aquáticos susceptíveis ou não do aproveitamento com finalidade econômica ou social.

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei, a pesca se classifica como:

I - amadora, quando praticada com a finalidade de lazer ou recreação, autorizada pelo órgão competente; (MINAS GERAIS, 2002).

Reforçando, regulamentando e classificando os conceitos emitidos neste dispositivo, existe também o Decreto nº 43.713, de 14 de janeiro de 2004<sup>7</sup>, que

---

<sup>6</sup> MINAS GERAIS. **Lei n. 14.181**, de 17 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1461>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

<sup>7</sup> MINAS GERAIS. **Decreto Estadual n. 43.713**, de 14 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.pescaria.org/legislacao/decreto\\_43713.pdf](http://www.pescaria.org/legislacao/decreto_43713.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2008.

assim dispõe:

Art. 8º - A pesca classifica-se nas seguintes categorias: I - Categoria "A" - amadora, realizada com a finalidade exclusiva de lazer ou recreação, autorizada e licenciada pelo órgão competente, permitido o uso de anzol, chumbada, linha, vara ou caniço, molinete ou carretilha ou similar, puçá, iscas artificiais e naturais e embarcação, subdividindo-se em: a) Subcategoria "A1" - pesca amadora desembarcada, realizada sem o emprego de embarcação, utilizando-se os petrechos previstos no inciso I deste artigo. b) Subcategoria "A2" - pesca amadora embarcada, compreende a Subcategoria "A1", utilizando-se embarcação. (MINAS GERAIS, 2004).

Independente dos conceitos emitidos, os dois dispositivos legais, promulgados em datas recentes, mostram que existe uma preocupação do governo em organizar e regulamentar a Pesca Amadora no Estado. É claro que este tipo de comportamento por parte do poder público somente acontece em face da constatação de uma demanda crescente em andamento, caso contrário, não haveria a necessidade deste tipo de expediente.

A Pesca Amadora é uma realidade em expansão. Enquanto objeto de turismo pode perfeitamente ser planejada, organizada e executada em um circuito definido para este fim.

Segundo o Ministério do Turismo do Brasil:

Dos segmentos turísticos que demonstram maior índice de crescimento no mundo, o Turismo de Pesca é um dos que vêm se destacando. No Brasil, apresenta uma tendência ascendente ao se caracterizar pelo convívio com a natureza integrada a uma das atividades prediletas dos brasileiros: a pesca.

A atividade de pesca, sem finalidade comercial, tem capacidade de gerar significativos fluxos turísticos e, conseqüentemente, benefícios econômicos. (BRASIL, 2008, p.15).

Trata-se de um segmento de mercado turístico cuja possibilidade precisa ser investigada, na medida em que, até o presente momento, não se tem notícia de qualquer iniciativa especificamente voltada neste sentido, seja no Estado de Minas Gerais ou em qualquer outro do território nacional. Nada impede também que estas cidades se organizem no sentido de oferecerem serviços de infraestrutura para a presença e estadia dos turistas. Neste sentido, assim se posiciona os organizadores da publicação: *Turismo de pesca: orientações básicas* do Ministério do Turismo:

No caso do Turismo de Pesca, as atividades turísticas são geradas pela prática da pesca amadora envolvendo a oferta de equipamentos, produtos e serviços, tais como: Operação e agenciamento; Transporte, como os barcos-hotéis e voadeiras; Hospedagem; Alimentação; Recepção; Recreação e entretenimento; Eventos; Material para pesca, como iscas, varas, molinetes e outras atividades complementares que existam em função do turismo. (BRASIL, 2008, p.16)

Assim, cada município poderá adotar a sua própria política de desenvolvimento destas ações, desde que tudo esteja vinculado a um plano diretor único e comum, fator este que é o ponto básico da proposta de um Circuito Turístico.

Nesta região observa-se ainda a presença de uma verdadeira rede de rodovias federais e estaduais, todas asfaltadas e em bom estado de conservação, conforme atesta o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, do Ministério dos Transportes.<sup>8</sup>

Mas, não é tão somente a infraestrutura e as condições de deslocamentos favoráveis que definem positivamente a ação turística direcionada para um circuito específico, pois a pesca, no Rio Novo e Rio Pomba é o fator fundamental desta ação por se tratar do objeto principal que irá definir a oportunidade de lazer deste segmento turístico.

#### **4 A PESQUISA DE CAMPO**

A viabilidade da implantação de um Circuito Turístico depende muito da compreensão do povo da região daquilo que seja a proposta a ser executada e, sobretudo, de sua aceitação por parte dos setores que estarão envolvidos.

A pesquisa de campo foi realizada por amostragem, com caráter de exploração para poder avaliar a viabilidade de implantação do circuito turístico de pesca na região citada. Foram selecionados seis municípios dos dezesseis que estão relacionados como passíveis de fazerem parte do Circuito Turístico de Pesca da Zona da Mata de Minas Gerais. Quatro deles estão situados antes do encontro dos rios e dois outros, após. Dos quatro municípios localizados antes do encontro dos rios, foram escolhidos dois no entorno do Rio Pomba, Silveirânia e Guarani e dois localizados no entorno do Rio Novo, Tabuleiro e Descoberto. Finalizando a

---

<sup>8</sup> Estradas de Minas Gerais. Disponível em <http://www.dnit.gov.br/> Acesso em 06/12

amostragem foram pesquisados também dois outros municípios localizados a jusante do encontro dos rios, conseqüentemente, no entorno do Rio Pomba, a saber: Santana do Cataguases e Laranjal.

Esta metodologia foi usada com a finalidade de se traçar um diagnóstico o mais fidedigno possível sobre a viabilidade ou não de se implantar um circuito turístico de pesca na região estabelecida.

Nesta pesquisa de campo, dado que a natureza da investigação é verificar como as pessoas observam a ação proposta, através de opiniões próprias que elas irão emitir, então, um questionário aberto, com abordagem qualitativa torna-se a mais conveniente metodologia a ser aplicada.

O questionário é um instrumento de informações e como tal precisa ser orientado para as finalidades a que se propõe a pesquisa. Assim, cada pergunta, e também o conjunto de algumas delas, possui seu propósito definido. A quem e o que perguntar são os dois fatores básicos a serem observados.

Para buscar as informações desejadas foram elaborados três modelos de questionários, a saber: um para ser aplicado aos responsáveis pelo setor público, no caso, especificamente, as Prefeituras, outro para o setor privado, neste caso representado pelos proprietários de Empresas e, finalmente, um terceiro para ser respondido pelo cidadão comum, de preferência nativo e residente no espaço geográfico onde se dará a ação planejada. Define-se desta forma a questão, a quem perguntar.

Em princípio, as informações a serem buscadas são as seguintes: se as pessoas têm realmente uma concepção formada sobre o que seja o turismo e circuito turístico; se elas estão dispostas a fazer parte da ação que se pretende colocar em prática, seja pela colaboração direta e específica, como no caso do setor público e dos empresários ou de forma indireta, no caso dos cidadãos comuns, que exerceriam sua colaboração através de uma boa recepção aos turistas, ou ainda em ambos os casos se as posições seriam contrárias, ou seja, de não participação.

Acertada a questão do que perguntar, segue-se então a escolha da estratégia para esta finalidade. A técnica usada para a elaboração do questionário é muito simples. Inicia-se com questões que o entrevistado tem conhecimento das respostas. Os questionamentos relativos à identificação dos entrevistados se prestam com facilidade para este fim, além, é claro de qualificar o entrevistado.

O Questionário 1 é dirigido ao cidadão comum. A primeira questão faz uma abordagem relativa ao nome do entrevistado e detalhes de sua presença, tais como: se ele nasceu na cidade onde o fato acontecerá, se ele é residente no local, nível de escolaridade e profissão.

As questões seguintes são colocadas sempre com a expressão “*em sua opinião*”. Trata-se de um incentivo que visa obter a resposta independente de seu conteúdo, porque o que se procura investigar não é a capacidade teórica do entrevistado em relação ao tema e sim o que ele pensa sobre o fato. Essas questões investigam a possibilidade de apoio que o cidadão comum poderia dar ao evento turístico projetado, procurando investigar a visão que as pessoas têm do objeto central do projeto, a pesca no sentido de lazer ou de sobrevivência, se for o caso.

O Questionário 2 é dirigido ao cidadão público (Prefeitura). Aparecem então perguntas específicas onde se procura identificar o motivo do município até então não estar fazendo parte de nenhum Circuito Turístico, bem como o nível de apoio que poderia ser dado ao Projeto.

Finalizando, o Questionário 3 é dirigido aos empresários locais donos de estabelecimentos comerciais e de serviços. Neste caso, o questionamento refere-se ao nível de envolvimento deste setor no projeto.

## **5 ANÁLISE E SÍNTESE DAS RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS**

As informações obtidas nos questionários, mesmo que aplicados por amostragem, são indicadores das tendências de pensamento das pessoas entrevistadas pelo que, a partir deste instrumento, foi possível ter uma visão inicial do comprometimento do Setor Público, Privado e do Cidadão comum em relação às proposições feitas.

Fato a ser destacado nesta pesquisa é que os três setores posicionaram-se da mesma forma quando consultados sobre um mesmo assunto. O nível de escolaridade influencia na formatação das respostas, mas não no direcionamento do conteúdo respondido. Ainda que com palavras diferenciadas, existiu, basicamente, uma unanimidade de posicionamento nas respostas das questões propostas.

Desta forma, foi possível sintetizar a tendência dos conteúdos expressados. Em cada cidade foram aplicados 25 questionários, a saber: 05 para o Setor Público com 14 questões; 05 para o setor Privado, com 14 questões e 15 para o Cidadão comum, com 10 questões. Foram então aplicados 150 questionários. A seguir alguns exemplos que justificam o entendimento da tendência de convergência nas respostas.

1) Nos três segmentos, Público, Privado e Cidadão comum, perguntado: “*Em sua opinião, o que é Turismo?*”, as respostas foram da seguinte natureza: 1ª - “*São atividades que levam as pessoas a buscar entretenimento, conhecer lugares diferentes, interessantes que tragam prazer, descontração, ampliem conhecimentos etc*”; 2ª - “*Lazer, cultura, educação ambiental*”; 3ª - “*Lazer, um tipo de esporte que se faz com a natureza*”; 4ª - “*É um passeio realizado em um local que desperta interesse*”; 5ª - “*Momentos agradáveis em algum lugar agradável*”. Síntese deste grupo de resposta: os entrevistados associam, naturalmente, o turismo ao lazer e à viagem.

2) Nos três segmentos, Público, Privado e Cidadão comum, perguntado: Em sua opinião, o que são os “*Circuitos Turísticos de Minas Gerais?*”, as respostas obtidas foram, 1ª - “*Uma associação de Municípios que se unem com o objetivo de desenvolver projetos que viabilizem mostrar as riquezas de suas regiões e com isso atrair visitantes*”. 2ª “*Acredito que seja, as cidades se unirem para divulgar um mesmo produto turístico*” 3ª “*Não sei explicar o que seja Circuitos Turísticos de Minas Gerais, mas deve ser alguma coisa boa para a cidade*”. 4ª “*Não sei o que é Circuito Turístico*”. 5ª “*Já ouvi falar mas não sei muito bem explicar a respeito de Circuitos*”. Síntese deste grupo de respostas: os entrevistados que conhecem os Circuitos liga-os à união de municípios, entretanto, a maioria não sabe o que é. Tal situação, porém, não chega a ser um fato que possa causar surpresa. Ocorre que, às margens das estradas que dão acesso às cidades existe uma grande quantidade de placas indicativas da presença dos Circuitos nos municípios. Tal situação justifica a expressão usadas por eles: “*Já ouvi falar mas não sei muito bem explicar a respeito de Circuitos*”.

3) Nos três segmentos, Público, Privado e Cidadão comum, perguntado: *Você gostaria de ver turistas visitando a sua cidade? “Por quê?”*, aconteceram as seguintes respostas: 1ª - *Sim, Porque ajuda o desenvolvimento da mesma*; 2ª - *Sim*.

*Para desenvolver melhor o comércio de Bares, Restaurantes, hotéis e similares da cidade; 3ª - Sim. Conversa com outras pessoas amplia os conhecimentos; 4ª - Sim. Seria um intercâmbio cultural e melhoraria o comércio dos produtos, artesanatos locais; 5ª - Sim, levar o nome do município com as coisas boas que existe. Síntese deste grupo de respostas: os entrevistados são receptivos à visitação de turistas e interligam esta presença ao desenvolvimento comercial e cultural da cidade. Nos três segmentos, Público, Privado e cidadão comum, perguntado: *Em sua opinião, a presença de turistas provocaria mudanças na sua cidade? Se for o caso descreva as mudanças que você imagina que possam acontecer.* Respostas: 1ª - Sim. Implicaria em melhoria de Hotéis, Restaurantes, melhor oferta no comércio e incentivos a novos empreendimentos, 2ª - Sim. Cursos para formação de profissionais das áreas para um melhor atendimento dos turistas; 3ª - Sim. Teríamos uma interatividade entre os turistas com a comunidade local, com nossa cultura e gastronomia; 4ª - Sim. Turista só traz benefícios; 5ª - Não. Melhoras aconteceriam em termos de hotelaria e estrutura. Síntese deste grupo de respostas: a maioria dos entrevistados entende que a presença de turistas provocaria melhorias de ordem comercial, integração e interatividade cultural na cidade.*

Em síntese final, a análise dos questionários aplicados revela que a grande maioria dos entrevistados, seja no setor público, privado ou cidadão comum tem uma forte noção de que o turismo está ligado ao lazer e viagem, pelo que são favoráveis à implantação do Circuito Turístico de Pesca no entorno do Rio Novo e do Rio Pomba, na zona da Mata de Minas Gerais.

Em especial os questionários demonstraram também que as prefeituras, representadas pelos seus respectivos mandatários, não só apoiam integralmente a implantação do Circuito, como também se dispõem a viabilizar meios para tal, inclusive através de contribuições financeiras mensais. O setor privado, da mesma forma, hipoteca total apoio à iniciativa, dispondo-se a contribuir financeiramente e, se for o caso, readaptar suas iniciativas para esta área através de novos ramos de negócios.

O cidadão comum é particularmente aberto a esta possibilidade. Dá grande apoio, esperando que suas cidades sejam conhecidas e que o fluxo de turistas melhorem de vez a movimentação local em todos os aspectos.

Finalmente, as respostas dos questionários mostram com clareza que a pesca ainda é objeto de sobrevivência para alguns na região e que, para a grande maioria, continua sendo uma forma de lazer significativa, seja para os fins de semana, feriados e férias.

Os questionários foram planejados sob a ótica qualitativa, isto é, o que se procurou investigar foi uma tendência de opinião e não uma verdade pronta e acabada.

Neste ponto cabe ainda ressaltar que a idéia básica deste novo Circuito seria o da Pesca Turística, vinculada à Pesca Amadora. Entretanto, esta visão não exclui a questão da pesca de sobrevivência que, mesmo sendo realizada por uma minoria, ainda se constitui uma realidade na região. Para esta situação há então que se buscar motivar os ribeirinhos que assim agem para uma nova realidade de renda onde eles poderiam participar com outras atividades vinculadas ao turismo, tais como a de levar os grupos de pescadores turistas para os melhores pontos de pesca, que certamente eles conheceriam melhor que ninguém.

Por outro lado, o peixamento dos rios é um fator fundamental. Neste aspecto nada impede uma programação onde se aproveite a mão de obra local, que ainda sobrevive da pesca, incentivando-os à criação de peixes em tanques-rede, por exemplo, onde uma parte da produção seria de propriedade deles e a outra entregue aos rios para fins de manutenção da ação principal que seria a Pesca Turística na região.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O cenário deste trabalho foi delineado mostrando que se trata de uma ação circunscrita ao entorno do Rio Novo e Rio Pomba, nos limites das microrregiões Juiz de Fora, Ubá e Cataguases, todas elas pertencentes à Mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais. O propósito foi verificar a viabilidade da implantação de um Circuito Turístico neste espaço geofísico, social e econômico. Desta forma, a análise da viabilidade ou não desta ação foi o ponto central das pesquisas deste trabalho.



A “Listagem dos Circuitos Turísticos - Viva Minas” mostra que a estrutura administrativa dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais, é constituída de um Presidente, um Secretário e um Gestor, figura esta idealizada pela SETUR-MG, como um ser hábil para lidar com as diferentes posições dos participantes do Circuito, com visão macro da cadeia produtiva do turismo, devendo ser criativo e empreendedor, pois além de atender as solicitações do conselho regional deverá criar oportunidades de negócios e arrecadação de recursos.

Estas qualidades identificam-se com algumas características existente no Projeto de Lei 6.906/02 relativas às atividades atribuídas pelo legislador ao Turismólogo.

Não é demais lembrar que a época atual não se admite mais brincar de fazer turismo, sob pena de sérios prejuízos ambientais, culturais e comerciais. A qualificação, a ética e o respeito ao ser humano, assim como ao ambiente e à cultura local deve estar sempre em evidência e precisa ser observada por quem tem a devida capacidade de enxergar com as lentes da competência adquirida. De fato, uma atividade que movimenta uma quantidade considerável de pessoas, serviços e produtos e que pode modificar o comportamento de populações locais, regiões, ecossistema e espécies, não poderia ser planejada ou administrada por leigos, oportunistas e aventureiros que agiriam muito mais motivados por suas conveniências pessoais do que qualquer outra.

Pelo exposto, face às pesquisas realizadas e demais circunstâncias relatadas, finalizamos o presente trabalho com o pressuposto de que a situação geográfica, econômica e social do espaço delimitado para o Circuito Turístico de Pesca no entorno do Rio Novo e Rio Pomba, na Zona da Mata de Minas Gerais, a cooperação efetiva entre os setores público, privado e a coletividade da região, pode ser a soma das forças necessárias para planejar, iniciar e manter as atividades do Circuito em questão.

Em resumo: é possível a implantação do Circuito Turístico de Pesca no entorno do Rio Novo e Rio Pomba, na Zona da Mata de Minas Gerais. Entretanto, a presença de um profissional com formação superior em turismo, no planejamento e execução de um Projeto desta natureza, sempre será um fator a mais de segurança.

## THE VIABILITY OF IMPLEMENTING A TOURIST FISHING CIRCUIT IN THE NOVO AND POMBA RIVERS.

### ABSTRACT

This study is based on theoretical referential systems and fieldwork, aiming to demonstrate the viability of the introduction of a Tourist Fishing Circuit in the region around rivers Novo and Pomba in the Zona da Mata Mineira. It is possible that the introduction of a Tourist Circuit does not depend solely on the probable natural attractions, but also on the degree of adhesion and involvement of the Public and Private segments which compose it. On the other hand, the tourist vocation of the Minas Gerais state, given its cultural, geographical and historical richness, is absolutely dynamic, presenting itself as an immense unexplored tourist destination. Therefore, the appropriate choice of one of these regions can be vital in the presentation of a study that could drive the will of a community, wrapping the union of several local authorities around the same objective, since the main resulting force of this action may be the improvement, well-being and social development.

**KEYWORDS:** Tourism. Tourist Circuit. Amateur Fishing. Fishing Tourism.

### REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo:** Marcos conceituais. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

\_\_\_\_\_, Ministério do Turismo. **Turismo de pesca:** orientações básicas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

COSTA, João Batista de Almeida. **Cerrados Norte Mineiro:** populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidades e singularidade cultural.* Goiânia: Vieira, 2005

DER MG. **Mapa de Minas Gerais**. Disponível em:<  
[http://www.der.mg.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&Itemid=179](http://www.der.mg.gov.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=179) >. Acesso  
em: 30 set. 2008

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. In: **Geographia**. Ano I, nº. 1. 1999. p. 15-39. (Revista Eletrônica). Disponível em <[www.uff.br/etc](http://www.uff.br/etc) > acesso em: 5 abr. 2008.

MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. **Projeto de ensino de geografia:** natureza, tecnologias, sociedades, geografia do Brasil. Ed. Moderna, 2003.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual n. 43.321**, de 08 de maio de 2003. Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências. Disponível em: [http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=290&Itemid=89](http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=290&Itemid=89)>. Acesso em: 23 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto Estadual n. 43.713**, de 14 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências. Disponível em:<  
[http://www.pescaria.org/legislacao/decreto\\_43713.pdf](http://www.pescaria.org/legislacao/decreto_43713.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 14.181**, de 17 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências. Disponível em:<  
<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1461>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **Listagem dos Circuitos Turísticos:** viva minas gerais. Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=172&Itemid=83](http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=172&Itemid=83)>. Acesso em: 15 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **Resolução SETUR 08**, de 28 de ABRIL de 2008. Estabelece normas relativas ao “Certificado de Reconhecimento” dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais. Disponível em<  
[http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=289&Itemid=89](http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=289&Itemid=89) >. Acesso em: 09 out. 2008.

OMT - Organização Mundial do Turismo. (Sancho et ali, org.). **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG. **Mapa dos Municípios envolvidos com Circuitos Turísticos**. Disponível em:< <http://www.semad.mg.gov.br/> >. Acesso em: 02 set. 2008